



## ***Época* e os telegramas secretos do Itamaraty: pistas para pensar o jornalismo como instituição social no século XXI**

Taís Seibt <sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo promover reflexões acerca do jornalismo como instituição social no século XXI, diante das transformações do meio jornalísticos neste início de século, especialmente na grande imprensa. Os referenciais teóricos para esta discussão vêm, principalmente, de Park, Alsina e Berger & Luckmann, que ajudam a situar o jornalismo como atividade profissional institucionalizada para construir conhecimento acerca do cotidiano. A reportagem da revista *Época* sobre telegramas secretos do Itamaraty envolvendo a empreiteira Odebrecht será articulada com os escritos desses autores, bem como dados recentes sobre redes sociais, internet e aplicativos para dispositivos móveis, os quais permitem tensionar o status do jornalismo como instituição social no século XXI.

**Palavras-chave:** jornalismo; instituição social; redes sociais; internet; *Época*.

### **1. Para entender o contexto**

Desde novembro de 2014, quando diretores das maiores empreiteiras do Brasil foram detidos pela Polícia Federal, por envolvimento em um esquema de lavagem de dinheiro que incluía o pagamento de propinas em contratos com a Petrobras, a imprensa brasileira tem dedicado especial atenção à Operação Lava-Jato. A ênfase da cobertura se

---

<sup>1</sup> Jornalista, doutoranda em Comunicação e Informação no PPGCOM da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bolsista Capes. O título provisório da tese em desenvolvimento é *Notícia e Reportagem na Rede: uma abordagem do jornalismo como instituição social no século XXI*.

justifica, uma vez que este é um dos maiores escândalos de corrupção da história do país, imputa membros do alto escalão da Petrobras e tem graves consequências políticas, econômicas e sociais, já que significou milhões de reais em prejuízos à estatal, sem contar a perda de credibilidade do país perante investidores.

Em meio à avalanche de denúncias, delações premiadas, documentos revelados e muitas especulações, um momento como este seria ideal para a imprensa assumir o papel de certificadora da informação, bem como desempenhar a tarefa de estabelecer nexos dos acontecimentos com diferentes contextos e conjunturas. Gira em torno dessas funções o caminho visto por muitos profissionais e estudiosos da área como alternativa para a sobrevivência do jornalismo diante das transformações que a internet tem provocado no meio jornalístico. Muito tem se falado, nos últimos anos, sobre o fim do “furo jornalístico” e que o jornalismo deve deixar de lado a preocupação com a manchete exclusiva para tornar-se mais interpretativo e aprofundado.

O papel interpretativo do jornalismo não é invenção deste século, pelo contrário. No decorrer do século XX, o jornalismo se fundamentou como uma atividade profissional com papel “socialmente legitimado e institucionalizado para construir a realidade social como realidade pública e socialmente relevante” (ALSINA, 2009, p. 47). O que parece ocorrer atualmente é um enfraquecimento desse status. Em consequência, há necessidade de reforçar tal papel para que o jornalismo mantenha seu patamar de relevância na sociedade. Contudo, não faltam exemplos de como o próprio jornalismo coloca em xeque esse papel.

Um desses casos será o norte das discussões propostas neste artigo<sup>2</sup>. Trata-se da reportagem de *Época* sobre “os documentos da Odebrecht que o Itamaraty quis

---

<sup>2</sup> Algumas reflexões presentes neste artigo estão contempladas em textos ensaísticos publicados pela autora no *Observatório da Imprensa*, porém aqui os comentários empíricos estão postos em perspectiva com referenciais teóricos, configurando um exercício de reflexão acadêmica com propósito mais estruturado em relação aos textos iniciais. As referências dos referidos textos podem ser consultadas no final do artigo.

esconder”<sup>3</sup>, publicada no site da revista em 16 de junho de 2015. Especulava-se em reportagens anteriores que o ex-presidente Lula tivera recebido benefícios da empreiteira enquanto estava no poder e que o Ministério das Relações Exteriores estaria tentando evitar que a imprensa tivesse acesso a correspondências envolvendo a empresa e o então presidente. O esforço de reportagem é válido e representaria um importante avanço na cobertura jornalística sobre as denúncias de corrupção na Petrobras, já que a Odebrecht era uma das poucas das grandes empreiteiras que não havia sido diretamente implicada no caso, apesar de sabidamente ter relações estreitas com o governo federal.

O que faltou foi fazer a reportagem. Quando finalmente o empreendimento investigativo de *Época* teve efeito e os documentos foram disponibilizados pelo Itamaraty, a revista se absteve de interpretá-los. Sob a cartola “exclusivo”, *Época* divulgou um arquivo de 2 mil páginas com telegramas citando a empreiteira durante o governo Lula, sem qualquer tratamento jornalístico que minimamente apontasse alguma razão pela qual, supostamente, o Itamaraty estivesse querendo escondê-los. Em um texto de três parágrafos, a revista enumera justificativas para a publicação dos arquivos brutos, como o fato de as páginas terem sido entregues impressas e fotografadas uma a uma ou o arquivo em PDF não permitir pesquisas por palavra-chave, para, ao final, delegar aos leitores a tarefa de encontrar a notícia: “Ajude a equipe de ÉPOCA a analisar os documentos. Se encontrar, nos telegramas, algo que mereça a nossa atenção para uma reportagem, envie um e-mail”.

Não se sabe se algum leitor enviou e-mail à reportagem de *Época*, mas nos dias subsequentes à publicação dos documentos nenhuma matéria interpretativa sobre os telegramas foi publicada. Dezenas de veículos reproduziram a matéria nos mesmos termos de *Época*, dando créditos à revista pela revelação dos documentos, mas igualmente sem escrutiná-los. Apenas *Veja*<sup>4</sup> detalhou trechos de telegramas que compõem o dossiê. O texto de *Veja*, aliás, foi publicado seis minutos antes do de *Época*,

---

<sup>3</sup> Disponível em <http://migre.me/qH1SM>

<sup>4</sup> Disponível em <http://migre.me/qH2HE>

o que permite outra inferência a respeito do tom da reportagem de *Época*, que mais se preocupa em destacar que foi a primeira a obter os documentos do que propriamente em responder por que sua revelação era relevante: como foi “furada” por outro veículo no detalhamento dos telegramas aos quais já havia tido acesso, era então preciso dizer logo aos leitores que teve acesso aos documentos uma semana antes dos concorrentes. Mas será que o leitor se importa com essa informação?

A desistência de *Época* em fazer uma suíte da reportagem (ou fazer a reportagem propriamente dita) chamou menos atenção porque três dias depois, em 19 de junho de 2015, o presidente da Odebrecht, Marcelo Odebrechet, foi preso na Operação Lava-Jato, e a notícia mudou de foco. Muito embora esse pudesse ser o gancho para recuperar evidências supostamente contidas nos telegramas tão desejados por *Época* antes do desdobramento da ação da Polícia Federal, fazendo jus ao esforço jornalístico de obter acesso ao conteúdo daqueles documentos.

Ao abrir mão do seu papel interpretativo, os jornalistas deixam escapar uma das propriedades que poderia justificar sua permanência na sociedade, já que as “chaves dos portões”<sup>5</sup> do espaço público não lhes pertencem mais há algum tempo. Ainda que a aceitação de uma visão construcionista do jornalismo exponha a incidência de ideologias, relações de poder, tendências políticas, favorecimento econômico e outros fatores nos processos produtivos da notícia, a capacidade de interpretar, contextualizar e certificar informações é uma das poucas vantagens que o jornalista ainda preserva em relação aos algoritmos que operam como os verdadeiros *gatekeepers* contemporâneos.

## 2. A internet e os jornalistas

O caso descrito aqui é sintomático para se pensar no papel do jornalista no século XXI. O mercado jornalístico tem apresentado diversos sintomas de que o status

---

<sup>5</sup> A expressão “chave dos portões” faz referência à premissa dos estudos de *gatekeeping*, de que há uma série de fatores que determinam a escolha do jornalista por noticiar ou não determinado fato. Esses filtros são chamados de “portões” (do inglês, *gates*) dispostos numa sequência mais ou menos precisa. (TRAQUINA, 2001)

do jornalismo como instituição social está ameaçado, em especial no âmbito das empresas jornalísticas. Demissões em massa, fechamento de títulos, jornais que deixam de ser impressos, devolução de concessões de TV. O fenômeno da internet está diretamente relacionado a essas medidas de diferentes maneiras, mas principalmente porque o acesso indiscriminado a informações na rede torna os meios tradicionais de divulgar notícias cada vez menos lucrativos.

O resultado desse processo é o encolhimento das redações, fenômeno que coincide com a recolocação profissional dos jornalistas no papel de fontes, e não de repórteres, em escala desproporcional. Conforme levantamento sobre o perfil do jornalista brasileiro<sup>6</sup>, divulgado em 2012, de cada dez jornalistas, um era professor, quatro trabalhavam predominantemente fora da mídia e cinco trabalhavam principalmente em mídia, o que permite concluir que pelo menos metade dos profissionais da área está fora das redações.

Um terço desses jornalistas trabalhava em órgãos públicos e outro terço em empresas privadas especializadas em assessoria de imprensa e comunicação. São jornalistas que estão, possivelmente, mais ocupados em impedir que colegas repórteres tenham acesso a fontes e informações que não interessam a seus clientes ou se oferecer pautas e releases enfatizando notícias boas acerca de seus assessorados do que em exercer seu papel de certificação ou interpretação. Apesar da desproporcionalidade, parece reconfortante pensar que, como fontes não tornam públicas informações que lhes são inconvenientes, a internet não dispensaria os jornalistas (BARSOTTI, 2014, p. 23). A questão é: em que espaço esse exercício seria viável, se os veículos não conseguem se sustentar na nova configuração?

Barsotti (2014) faz uma boa recopilação de teorias do jornalismo e leituras tanto apocalípticas quanto rendedoras do jornalismo no século XXI, da “saga dos cães perdidos” de Marcondes Filho, até a esperança de Neveu de que o caos da oferta de

---

<sup>6</sup> Realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em convênio com a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ).

informação na internet poderia devolver sentido ao trabalho dos jornalistas. Ao trazer Manuel Pinto (2010, p. 72 apud BARSOTTI, 2014, p. 114) para a discussão, a autora deixa uma pista para a reflexão proposta neste artigo.

Manuel Pinto teme a “desintermediação”, termo que vem sendo empregado para chamar a atenção para a suposta diluição do papel de intermediário dos jornalistas na internet. O autor aponta para seus riscos, ao lembrar que fontes não tornam públicas informações que sejam inconvenientes aos seus interesses ou à sua imagem. Assim, continuaria cabendo ao jornalista o papel de pesquisar informações não divulgadas, confrontar dados a partir de ângulos diversos, tarefa que, lembra ele, se torna ainda mais necessária à medida que cresce a avalanche de informações na *web*. (BARSOTTI, 2014, p. 114, *grifo original*)

Pode-se dizer que, no caso de *Época* aqui descrito, o esforço jornalístico se deu em torno da pesquisa de informações não divulgadas, o problema é que parou por aí. Não houve “confrontamento de dados por ângulos diversos”, houve apenas a revelação dos documentos. Em tempos de internet, que possibilitaram a criação de sites como o *Wikileaks*<sup>7</sup>, dedicado exclusivamente a vazar documentos confidenciais, tal atitude de um veículo de imprensa da envergadura de *Época* serviria para questionar a necessidade de jornalistas nesse cenário, já que a informação pode ser disponibilizada, com ou sem a intermediação de jornais e revistas.

No entanto, parece que não é qualquer informação que interessa à sociedade. Do contrário, por que gigantes como *Apple* e *Facebook* estariam tão empenhadas em lançar ferramentas para disseminar notícias? Em junho de 2015, a *Apple* anunciou o aplicativo *News* para hospedar reportagens, em parceria com grandes títulos da imprensa, como *The Guardian*, *New York Times* e *Daily Mail*. Meses antes, o *Facebook* havia feito anúncio semelhante, no intuito de publicar notícias na própria página, ao invés de direcionar os usuários a outros portais por meio de links.

---

<sup>7</sup> Wikileaks é uma organização transnacional sem fins lucrativos, criada pelo jornalista Julian Assange, em 2006, para publicar informações confidenciais vazadas de governos ou empresas no site [wikileaks.org](http://wikileaks.org).

Ainda que possam apontar para um eventual reconhecimento do valor da informação jornalística, as iniciativas das gigantes da internet provavelmente têm mais a ver com o interesse da audiência. Estudo divulgado em junho de 2015 pelo *Pew Research Center*, instituto estadunidense especializado em pesquisas de comportamento e tendências, por exemplo, mostrou que 61% dos jovens da chamada Geração Y usam o *Facebook* para ler notícias de política.

Na mesma linha, é possível mencionar a pesquisa do instituto *Datafolha*, divulgada em março de 2015, que apontou empate técnico entre imprensa e redes sociais como as instituições de maior prestígio na sociedade brasileira. Foi a primeira vez que as redes sociais<sup>8</sup> foram incluídas no levantamento, que chegou à terceira edição este ano. A nova categoria pesquisada obteve 63% da preferência como uma “instituição de muito prestígio” na sociedade, contra 65% da imprensa, sendo a margem de erro da pesquisa de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

### 3. O jornalismo como instituição social

Diante dos argumentos postos em discussão neste artigo, a posição das redes sociais no levantamento do instituto *Datafolha* não chega a surpreender. No entanto, é preciso pensar mais criticamente sobre o status de “instituição” dado a essas redes, ao lado de Igreja, Forças Armadas, Poder Judiciário e Congresso Nacional, por exemplo, além da imprensa. É preciso tensionar, mais especificamente, o empate técnico das redes sociais com a imprensa, sugerido pela pesquisa.

Em meados da década de 1920, o jornalista e sociólogo Robert Park se esforçava em situar o surgimento da notícia – e do repórter – como um dos mais importantes

---

<sup>8</sup> Foi mantida neste artigo a expressão “redes sociais”, conforme utilizado pelo instituto *Datafolha* na pesquisa, para designar, na verdade, “sites de rede social”. Embora atuem como suporte para as interações que constituem as redes sociais, os sites não são, por si, redes sociais (RECUERO, 2009, p. 103). Os sites são sistemas, as redes se constituem dos atores sociais que os utilizam, as pessoas. Por seu caráter de apropriação criativa, esses sites de rede social funcionam também como mídias sociais: ferramentas de comunicação que permitem a emergência de redes sociais numa lógica de conversação.

eventos da civilização americana. Park defendia a notícia como uma forma de social conhecimento e a função da notícia de “orientar” o indivíduo, preservando sua sanidade numa sociedade que passava por mudanças “rápidas e drásticas”.

Em vez de repelir as mudanças drásticas que cada organização apresentava como um sintoma de transformações profundas que passava a sociedade, Park buscava estabelecer um eixo de continuidades que permitiria demonstrar que, para além das alterações momentâneas, permanecia a instituição jornal. (MACHADO, 2005, p. 30).

Park falava de uma época anterior ao rádio e à televisão, e o jornal era entendido quase como sinônimo de jornalismo. Diante de um ecossistema midiático muito mais simples do que o atual, o sociólogo percebeu nas transformações de então uma oportunidade de posicionar o jornalismo como elemento estruturante da sociedade. Como recupera Elias Machado (2005, p. 29), enquanto outros intelectuais viam o jornal como um crime e o povo via nele uma espécie de tribuna, Park percebeu que o mais importante era identificar o jornal como “uma instituição social nascida para atender as demandas comunicativas de uma sociedade cada vez mais complexa”.

Tal proposição mostra-se bastante atual frente a uma sociedade ainda mais complexa, na qual o jornalismo tem seu papel questionado e as organizações jornalísticas sofrem mudanças “rápidas e drásticas”. Há, aí, duas interpretações possíveis diante do prestígio compartilhado pela imprensa e pelas redes sociais na contemporaneidade: de um lado, a ideia de que, para além das transformações momentâneas, deve permanecer a imprensa como um componente estrutural da sociedade; de outro, que as redes sociais estão para o século XXI como o jornal estava para o século XX. Hoje, essas redes são vistas com preconceito por uns e como tribuna por outros, mas também nada impede que elas venham a ser compreendidas como “uma instituição social nascida para atender as demandas comunicativas de uma sociedade cada vez mais complexa”, sem que isso signifique, necessariamente, a derrocada completa do jornalismo como componente estrutural da sociedade.

Para sustentar sua proposição de que a notícia é uma forma de conhecimento, Park se apropriou das noções de “conhecimento de” e “conhecimento acerca de”, propostos por William James, em 1896. Para Park, o *conhecimento de* é “(...) um tipo de conhecimento que alguém inevitavelmente adquire ao longo de seus encontros pessoais e de primeira mão com o mundo ao seu redor” (PARK, 2008b, p. 52). É o conhecimento pessoal adquirido pelo indivíduo que se adapta ao mundo graças a uma fusão de experiências. Em contraste a esse conhecimento instintivo e intuitivo, há um conhecimento formal, racional e sistemático – o *conhecimento acerca de*. O caráter exclusivo desse conhecimento científico é que ele é comunicável, enquanto o senso comum, baseado na experiência prática, não o é.

As duas formas de conhecimento, no entanto, fazem parte de um *continuum* dentro do qual todos os tipos de conhecimento encontram lugar – e onde a notícia tem localização própria. Park aponta que a notícia não é conhecimento sistemático como a ciência física, pois trata de eventos, invariavelmente fixos no tempo e localizados no espaço.

A notícia, como forma de conhecimento, primariamente não está interessada no passado ou no futuro, mas no presente – o que tem sido descrito pelos psicólogos de “o presente precioso”. Pode-se dizer que a notícia existe somente nesse presente. O significado do “presente precioso” é sugerido aqui pelo fato de que a notícia, como é sabido pela imprensa comercial, é um produto muito perecível. (PARK, 2008b, p. 59)

Se a notícia já era considerada um produto altamente perecível nos anos 1920, quem dirá no século XXI, quando o tempo entre a ocorrência de um evento e a comunicação desse evento é praticamente nulo. Na sua forma mais elementar, sugere Park, o relato da notícia é um simples “flash”, anunciando que o evento aconteceu. Atualmente, o mesmo “flash” anuncia que o evento está acontecendo.

De certa forma, a imediatividade da mídia contemporânea reforça a ideia de que a notícia “(...) desempenha as mesmas funções para o público que a percepção desempenha para o indivíduo; isto é, não apenas informa, mas orienta” (PARK, 2008b,

p. 60). E o caso de *Época* descrito na abertura deste artigo ilustra bem essa condição. Sem exigir qualquer esforço interpretativo do repórter ao relatar os fatos, a notícia seria capaz de iniciar uma conversa e, então, a discussão se voltaria da notícia para as questões que ela levanta. A compreensão de Park deixa subentendido que o tipo de conhecimento gerado pelo jornalismo não ultrapassaria o do senso comum, o que torna sua visão bastante criticável diante de práticas de reportagem que se consolidaram posteriormente, mudando o patamar do jornalismo perante a sociedade.

Além disso, Park tomava a publicação como caráter distintivo da notícia em relação a outros tipos de relatórios de eventos “menos autênticos”, como o boato e a fofoca. “Para que um relatório de eventos atuais tenha a qualidade de notícia, ele não deve apenas circular – possivelmente por canais subterrâneos – mas deve ser publicado, seja pelo arauto da vila ou pela imprensa pública” (PARK, 2008b, p. 62). Tal definição parece insuficiente para diferenciar a notícia do boato na atualidade, visto que ambos se tornam públicos com a mesma facilidade no ambiente digital.

É preciso que o jornalismo se diferencie, especialmente no ciberespaço, pelo tipo de conhecimento que produz. Assim, é válida a interpretação de Conde (2008, p. 25) de que a caracterização parkiana das notícias como forma elementar de conhecimento exclui formas posteriores de jornalismo, como o investigativo e outras formas interpretativas. A própria reportagem enquanto gênero jornalístico é pouco trabalhada por Park. Em uma das poucas menções que faz a esse tipo de texto, Park sintetiza a reportagem como “algo que tenha interesse humano” (PARK, 2008b, p. 60).

Cabe ressaltar ainda que a visão de Park, em certa medida, remete a uma noção de objetividade jornalística que precisa ser relativizada. É por isso que a contribuição de Miquel Alsina (2009), que trabalha o relato jornalístico como uma construção, ajuda na compreensão do jornalismo como instituição social, noção delineada inicialmente pelo próprio Park.

De certa forma, diante de mudanças “rápidas e drásticas” pelas quais passa a comunicação contemporânea, o papel de “orientação” dos indivíduos exercido pelas

redes sociais no início deste século parece se assemelhar ao que tinha a imprensa no começo do século passado. No entanto, ao se colocar imprensa e redes sociais no mesmo patamar – de instituições – e com grau de prestígio idêntico na sociedade, corre-se o risco de ignorar o que diferencia o conteúdo jornalístico dentre a imensidão de informações disponíveis na contemporaneidade, desconsiderando os pilares que institucionalizaram o jornalismo no século XX.

Ao passo que a internet modifica a forma como as pessoas se relacionam, como aprendem, como compram, como consultam médico e até mesmo como fazem sexo (GUARESCHI et. al., p. 38), mas sobretudo como as pessoas se informam, os jornalistas se veem deslocados de seu papel de construtores do conhecimento sobre a realidade da vida cotidiana. Como observa Guareschi, desde o início das sociedades modernas, os meios de comunicação contribuíram decisivamente para a construção da subjetividade dos seres humanos.

Foi na modernidade que os jornalistas se consolidaram como construtores da realidade, e também que os jornais se firmaram como negócios lucrativos. Na “história natural da imprensa” concebida por Park, “o tipo de jornal que existe é o tipo que sobreviveu sob as condições da vida moderna” (PARK, 2008a, p. 33). Ao escrever a história social da imprensa nos Estados Unidos, Michel Schudson (2010) atribuiu a consolidação da imprensa à democratização da vida econômica, o que seria uma explicação para as condições que fizeram do jornal tal como o conhecemos.

Passou-se do viés político das primeiras publicações para uma lógica empresarial de produção de notícias, o que acarretou em mudanças no conteúdo publicado pelos jornais e também nas práticas jornalísticas. Desenvolvendo rotinas para a produção de um discurso escrito “para dizer a verdade”, como destaca Alsina (2009), os jornais estabeleceram um contrato pragmático fiduciário com seus leitores, “um produto histórico da institucionalização e da legitimação do papel do jornalista” (ALSINA, 2009, p. 48). Se a notícia é uma forma de conhecimento, para o jornalismo fazer saber, é preciso que ele seja crível.

Para sustentar o entendimento de que os jornalistas têm um papel socialmente legitimado e institucionalizado para recopilar os acontecimentos e dar-lhes sentido, Alsina trabalha com as bases epistemológicas de Berger e Luckman (2002) sobre a construção social da realidade. Para os autores, não existe apenas uma, mas sim muitas realidades, porém há uma delas que se impõe como sendo a própria realidade: a realidade da vida cotidiana. Essa realidade é objetivada e interpretada a partir de uma série de processos de interação social, pelos quais geramos tipificações que intermedeiam nossas relações com os sujeitos, a forma como vemos o outro e também a nós mesmos.

Ocorre que esses processos interacionais e de tipificação não ocorrem apenas face a face, mas também por meio da linguagem. Quanto mais afastados do “aqui e agora” da realidade da vida cotidiana da qual tomamos nossas referências, mais a linguagem atua como “tradutora” de diferentes realidades, estabelecendo pontes entre diferentes zonas dentro da realidade da vida cotidiana para integrá-las numa totalidade dotada de sentido. Como resultado, a linguagem é capaz de “tornar presente” uma grande variedade de objetos que estão espacial, temporal e socialmente ausentes do aqui e agora (BERGER; LUCKMAN, 2002, pp. 59-60).

Dito de outro modo, a linguagem constrói representações simbólicas. Segundo Berger e Luckman, a religião, a filosofia, a arte e a ciência são sistemas de símbolos historicamente mais importantes no que se refere à transcendência de outros mundos por meio da linguagem. Como já foi destacado, ao longo do século XX, o jornalismo também adquiriu certo protagonismo no papel de representação simbólica da realidade, a ponto de promover a passagem do jornalismo como uma instituição nascida não só para atender às demandas comunicativas da sociedade, como propunha Park, mas também como uma atividade socialmente institucionalizada para construir relatos sobre a realidade socialmente relevantes.

#### **4. O jornalismo no século XXI**

Se o jornal moderno, segundo Park, era aquele que havia sobrevivido às condições da vida moderna, nas condições da vida “pós-moderna”, para Miquel Alsina (2009, p. 57), a informação na internet poderia mudar até mesmo o próprio conceito de imprensa ou ainda da mídia de maneira geral. Segundo o autor, o ecossistema da mídia constitui-se de “(...) um ecossistema em permanente estado de mudança, embora possua marcos incontestáveis, como o são o surgimento de novos meios que reformulam o sistema” (ALSINA, 2009, p. 55). Nesse sentido, Alsina sinaliza que a mutação em si não é novidade, mas sim a velocidade com que a vivenciamos na contemporaneidade.

Não há, ainda, distanciamento histórico suficiente para se fazer essa análise com clareza, mas percebe-se que a lógica de acesso à informação característica das redes sociais tende a se sobressair neste século, e pode até se firmar a ponto de consolidar o status de instituição a elas atribuído pela pesquisa *Datafolha*. Assim, uma vez inseridas nessa lógica, as organizações jornalísticas e, portanto, o jornalismo enquanto instituição, poderiam continuar exercendo seu papel estruturante na sociedade, desde que sejam preservados os elementos que diferenciam o conteúdo jornalístico no ecossistema midiático. Esse diferencial seria gerar construções da realidade publicamente relevantes, ou gerar conhecimento sobre as diferentes realidades da vida cotidiana.

Park sustentava que a importância da notícia crescia consistentemente com a expansão dos meios de comunicação e o crescimento da ciência: “Meios de comunicação de maior qualidade têm cooperado com o vasto acúmulo de conhecimento, nas bibliotecas, museus e sociedade eruditas, para tornar possível uma interpretação mais rápida, precisa e completa dos eventos” (PARK, 2008b, p. 69). Um século mais tarde, a expansão dos meios de comunicação é ainda mais vertiginosa e, se antes o jornalismo lutava para se firmar como elemento estruturante da sociedade, agora esse status é questionado. No ambiente midiático contemporâneo, de ampla circulação de informação, o conteúdo jornalístico só poderá se diferenciar se mantiver sua função

de influenciar a opinião pública e gerar ação política, apresentando-se como forma de conhecimento social.

Casos como o de *Época*, tensionado neste artigo, vão na direção contrária. Vale fazer uma ressalva de que este artigo trata de um caso específico e aparentemente isolado. Não se pretende generalizar a prática aqui problematizada como sinônimo do jornalismo praticado por *Época*. Nesse sentido, seria necessário um estudo mais aprofundado, o que não era o objetivo deste artigo, que toma o referido exemplo apenas ilustrativamente, com o intuito de promover uma reflexão. O exemplo chamou atenção por delegar aos leitores a tarefa de interpretar as informações, o que não parece ser a melhor alternativa para que os veículos se mantenham economicamente sustentáveis e socialmente relevantes no ambiente digital. Tal prática não justificaria sequer a necessidade de jornalistas.

Num diálogo imaginado pelo jornalista alemão Richard Gutjahr, supostamente em 2049, um ser futurista mostra-se incrédulo acerca de hábitos midiáticos característicos do nosso tempo. Nesse futuro, os jornalistas terão sido substituídos por robôs auto-conscientes capazes de escrever e as empresas de mídia terão ficado em um passado nem tão distante em que os jornalistas eram tidos como pessoas respeitáveis que coletavam e distribuía informações, pelas quais outras pessoas pagavam para ter acesso. O exercício de imaginação de Gutjahr ilustra o misto de desesperança e apreensão que permeia o cotidiano dos jornalistas no mundo todo neste início de século.

Embora pareça uma perspectiva concreta, não é possível garantir que a defesa do papel interpretativo do jornalismo será suficiente para manter o prestígio da imprensa na sociedade ao longo deste século, tampouco se o prestígio das redes sociais seguirá em ascensão. Diante de mudanças tão “rápidas e drásticas”, não é possível sequer assegurar se os pilares do jornalismo consolidados até então são realmente capazes de atender as demandas comunicativas de uma sociedade cada vez mais complexa e construir realidades socialmente relevantes. No entanto, não podemos simplesmente assimilar as incertezas sem nos questionarmos acerca das condições que fizeram dos jornais tal

como os conhecemos para então refletir sobre que jornalismo se poderá fazer no século XXI tendo em vista as atuais condições.

## Referências

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BARSOTTI, Adriana. **Jornalista em mutação: do cão de guarda ao mobilizador de audiência**. Florianópolis: Insular, 2014.

BERGAMO, Alexandre; MICK, Jacques (Coord.); LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho (2012). Síntese dos principais resultados**. Disponível em: <<http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>>. Acesso em 25 jun. 2013.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CONDE, Maria Rosa Berganza. **A contribuição de Robert E. Park, o jornalista que se converteu em sociólogo, à teoria da informação**. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Orgs.). *A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa*, vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008, pp. 15-32.

COUTINHO, Filipe. **Exclusivo: os documentos da Odebrecht que o Itamaraty quis esconder**. Época, São Paulo. Publicado em 16 jun. 2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/06/exclusivo-os-documentos-da-odebrecht-que-o-itamaraty-quis-esconder.html>> Acesso em 9 jul. 2015.

COUTINHO, Filipe; MOURA, Pedro Marcordes de. **Marcelo Odebrechet é preso pela PF**. Época, São Paulo. Publicado em 19 jun. 2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/06/marcelo-odebrechet-e-presos-pela-pf.html>> Acesso em 9 jul. 2015.

DANIELE, Adeline. **Maioria da geração Y prefere Facebook para ler notícias sobre política**. Info, São Paulo. Publicado em 1 jun. 2015. Disponível em: <<http://info.abril.com.br/noticias/internet/2015/06/facebook-e-a-principal-fonte-de-noticias-sobre-politica-da-geracao-y.shtml>> Acesso em 9 jul. 2015.

Folha de S. Paulo, São Paulo. **Imprensa e redes sociais são instituições de maior prestígio, diz Datafolha**. Publicado em 18 mar. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1604544-imprensa-e-redes-sociais-sao-as-instituicoes-de-maior-prestigio-diz-datafolha.shtml>> Acesso em 9 jul. 2015.

GUARESCHI, Pedrinho A. et. al. **Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUTJAHR, Richard. **The end of mass media as we know it**. Publicado em 17 mai. 2015. Disponível em: <<https://medium.com/thoughts-on-journalism/the-future-of-journalism-acfc8ac3a323>> Acesso em 9 jul. 2015.

MACHADO, Elias. **O pioneirismo de Robert E. Park na pesquisa em Jornalismo**. In:  
Sociologia do Jornalismo: as várias perspectivas que marcam as teorias da notícia a partir do estudo da sociedade. Florianópolis: UFSC, vol. 2, n. 1, julho 2005, pp. 23-34.

Observatório da Imprensa, São Paulo. **Facebook quer hospedar conteúdo jornalístico em suas páginas**. Publicado em 26 mar. 2015. Disponível em: <[http://observatoriodaimpresa.com.br/monitor-da-imprensa/facebook\\_quer\\_hospedar\\_conteudo\\_jornalístico\\_em\\_suas\\_páginas/](http://observatoriodaimpresa.com.br/monitor-da-imprensa/facebook_quer_hospedar_conteudo_jornalístico_em_suas_páginas/)> Acesso em 9 jul. 2015.

Observatório da Imprensa, São Paulo. **Apple anuncia novo aplicativo de notícias**. Publicado em 11 jun. 2015. Disponível em: <<http://observatoriodaimpresa.com.br/monitor-da-imprensa/apple-anuncia-novo-aplicativo-de-notícias/>> Acesso em 9 jul. 2015.

PARK, Robert. **A história natural do jornal**. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Orgs.). A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa, vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008a, pp. 33-50.

PARK, Robert. **A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento**. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Orgs.). A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa, vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008b, pp. 51-70.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimos as notícias: uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

SEIBT, Taís. **Imprensa vs. Redes Sociais: empate técnico?** Observatório da Imprensa, São Paulo. Publicado em 31 mar. 2015. Disponível em: <[http://observatoriodaimpresa.com.br/imprensa-em-questao/ed844\\_empate\\_tecnico/](http://observatoriodaimpresa.com.br/imprensa-em-questao/ed844_empate_tecnico/)> Acesso em 9 jul. 2015.

SEIBT, Taís. **O que aconteceu com os jornalistas?** Observatório da Imprensa, São Paulo. Publicado em 23 jun. 2015. Disponível em:

SBPjor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo  
13º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo  
Campo Grande – UFMS – Novembro de 2015

.....

<<http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/o-que-aconteceu-com-os-jornalistas/>> Acesso em 9 jul. 2015.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

Veja, São Paulo. **O Itamaraty a serviço da Odebrecht**. Publicado em 16 jun. 2015. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/o-itamaraty-a-servico-da-odebrecht/>> Acesso em 9 jul. 2015.